

GRUPOS ESCOLARES DE ITABUNA: um balanço inicial da história da educação.

BARBOSA, Aretuza Gomes

Email: aretuza26@hotmail.com

PAULO, Vanessa Souto

Email: vanessagrapiuna@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Alves Moreira de Assis,

Email: assisraimunda@hotmail.com

Introdução

Este texto é parte de uma investigação que pretende mapear e analisar o processo de organização da rede de ensino do município de Itabuna, identificando as diferentes Instituições de Ensino que foram se constituindo ao longo da história. O nosso recorte de estudo é sobre os grupos escolares. É um tema importante porque ele vem preencher uma lacuna existente na historiografia da educação na região, considerando-se que até a presente data são poucos os estudos sistematizados neste campo do conhecimento.

De igual forma, destacamos que a história regional merece maior atenção por parte dos pesquisadores, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte do interior, porque são esses estudos que oferecem uma nova visão e novos elementos de interpretação aos conhecimentos de cunho supostamente nacional (ALVES, 2001; AURAS; 2004 e GOMES, 2001). Nesta direção, espera-se que alguns pesquisadores despertem o interesse para esta linha de pesquisa dado a relevância social que ela representa para a região.

A partir do levantamento bibliográfico realizado para identificar as produções nessa linha de pesquisa, verificamos que são poucos os estudos. Podemos destacar o estudo realizado por Assis (2000), intitulada *História da Educação de Itabuna: 1906 a 1930*.

Como metodologia foi escolhida a pesquisa qualitativa de natureza histórica. A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador a interpretação do fenômeno estudado, a partir da imersão no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN & DUCHON, 1988). Como estratégia de pesquisa será realizada o

levantamento bibliográfico e identificação das fontes: documentais, iconográficas, fotográficas, além de pessoas da comunidade local para os relatos orais.

Tomamos como referencia para o desenvolvimento do estudo autores como SOUZA, Rosa Fátima de (1998), BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (2009), LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) (2004) e SAVIANE, Dermeval. (2008), que trouxeram contribuições importantes sobre os novos temas que hoje são tratados no campo da História da Educação.

Num primeiro momento, apresentamos o contexto da região cacaueira, discutindo os seus aspectos socioeconômicos e os reflexos do seu desenvolvimento na formulação de políticas públicas de educação para o município. Em seguida discorreremos sobre as fontes de pesquisa utilizadas, destacando os espaços visitados, os documentos encontrados, a sua conservação e os entraves com os quais nos deparamos para desenvolver a pesquisa histórica. Por último, anunciamos os dados que já foram coletados sinalizando a sua importância para a reconstituição da memória da educação do Município.

A REGIÃO CACAUEIRA: algumas considerações

Ao examinar a história da Microrregião Cacaueira, buscamos identificar a natureza política da sociedade, a partir da correlação de forças socioeconômicas e políticas da realidade regional da época. Para tanto, usamos o pressuposto da teoria marxista segundo o qual a história expressa “a existência de indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência (...)” (MARX e ENGELS, 1998, p.10).

No processo de reconstituição da história regional nos deparamos com muitas dificuldades, contudo procuraremos fazê-la respaldados na proposição expressa por Le Goff (1990), quando explicita que a história se faz “(...) com tudo o que pertence ao homem (...) e com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais (...). Logo, com palavras. Signos. Paisagens e folhas (...)” (Le Goff, 1990, p.540).

Optamos por duas variáveis para servir de referência na análise da história regional. A primeira foi a questão da sua formação econômica e a outra a natureza política das relações sociais.

Iniciamos a análise do primeiro ponto situando o Município de Itabuna. Ele está localizado ao Sul da Bahia, a 28 quilômetros da cidade de Ilhéus. Estas duas cidades compõem a Microrregião Ilhéus/Itabuna, coberta pelo bioma da Mata Atlântica. A história da região confunde-se com a própria história do Brasil, que teve início a partir da ação dos colonizadores, nos idos de 1534, quando o então governo imperial de Portugal, chefiado por D. João III, dividiu o Brasil em capitanias hereditárias.

A região cacaeira integrava as Capitanias de São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro, cujos donatários eram Jorge de Figueiredo Correia e Pedro do Campo Tourinho, respectivamente. É certo que o governo só começou a ter preocupações em se apossar e explorar efetivamente essas terras, na segunda década do século XIX, dois séculos depois do descobrimento.

Esta é uma região lendária pela bravura dos seus colonizadores, que lá se instalaram e se apoderaram das terras dos seus verdadeiros donos, os indígenas. Segundo Andrade e Rocha (2005), “foi necessário para por fim ao conflito, o governador Geral, Diogo Monteiro, enviar da Bahia (Salvador) um exército de índios Potiguares, já apaziguados, para combater os Aimorés”, na vila de Ilhéus, (ANDRADE e ROCHA, 2005, p.13).

Segundo os pesquisadores e memorialistas da região, foi a partir de 1910 que o interesse pelas terras do Sul da Bahia firmou-se a partir do modelo agroexportador. Os imigrantes que aqui chegavam, principalmente, dos Estados nordestinos (sergipanos e alagoanos), expulsos de suas regiões pelas freqüentes estiagens, vinham em busca de solo fértil para o plantio da lavoura, estimulados pelas notícias da existência de terras devolutas na região e do desenvolvimento econômico (GONÇALVES, 1960).

Os dados demográficos disponíveis apontam que o ritmo de crescimento populacional da região, entre os anos de 1872 e 1892, era de 1,4 %. Já no período de 1890 a 1920, como consequência daquele movimento migratório, o crescimento populacional saltou para cerca de 6% ao ano, contra aproximadamente 2% no conjunto do Estado da Bahia. Observa-se, daí por diante, uma redução seqüenciada da taxa de crescimento populacional, no período entre 1940/1950, com taxa de 3,2%; em 1950/1960, de 1,6%, e entre 1960/1970, de 1,35% (GARCEZ E FREITAS, 1977; FALCÓN, 1995; ASMAR e PALMA, 1977, p.30-31).

Vale ressaltar que todo esse crescimento populacional era decorrente da importância da produção cacaueteira enquanto produto de exportação que, nesse período, começou a aumentar e atrair novos habitantes para a região. O cacau constituiu-se no principal produto da economia baiana, superando as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, fumo, algodão, arroz, mandioca etc.

Segundo Garcez e Freitas (1979), o cultivo dessa cultura teve início em 1746, quando o francês Warneaux trouxe as sementes do Estado do Pará e aqui foram plantadas na fazenda Cubículo, área que constitui o município de Canavieiras, expandindo-se o plantio, em seguida, por toda a região. Em 1910, o volume do cacau já ocupava o primeiro lugar no Brasil e, em 1924, o segundo lugar na produção mundial (GARCEZ e FREITAS, 1979, p.29-30).

Itabuna nasceu em meio a essas transformações na região, à margem direita das matas do rio Cachoeira, num local denominado Marimbeta, para onde os sergipanos Félix Severino do Amor Divino e Manoel Constantino dirigiram-se, dando início a uma “taboca” (roça), que se constituiu no núcleo originário da cidade.

A população itabunense formava-se e o número de imigrantes era cada vez maior. Os pioneiros disputavam, de um lado, as terras devolutas do Estado e, de outro, espaços políticos, mediados pela violência assistida pelo próprio Estado, através da distribuição de patentes militares. Pereira Filho (1960) descreve o quadro das disputas na cidade: “As lutas políticas, os choques das ambições entre os donos das terras, as disputas nas posses das propriedades, os crimes de morte, as injustiças praticadas, os insultos lançados, a maldade humana não atingiram os cacaueteiros [mas sim os homens]” (PEREIRA FILHO, 1960, p.75).

A formação da sociedade grapiúna¹ foi marcada por dois grupos distintos, cujo elemento definidor do *status* social era *a posse da terra*. Assim, aquele antigo desbravador que acumulou propriedades e obteve o título de “coronel”, patente outorgada pela Guarda Nacional, na Primeira República, aos grandes proprietários de terras, gozavam de autoridade política e prestígio social, tornando os demais grupos sociais reféns de seus interesses e de sua força, mantidos pelo cangaço e pela milícia pessoal dos coronéis (FALCÓN, 1995).

¹ O que se denomina como grapiúna são as pessoas nativas da zona cacaueteira, principalmente, os residentes na região de Ilhéus e Itabuna.

Com o desenvolvimento econômico da cidade muitas mudanças ocorreram nos diferentes aspectos da vida do município, tornando-o o centro de uma região que se projetava rapidamente e perdendo as suas características de cidade rural, na medida em que se configurava como um centro urbano. Gonçalves (1960) afirma que um dos seus coronéis proclamava que Itabuna precisava melhorar o seu ambiente social e de civilização (GONÇALVES, 1960). Nesse sentido, não faltavam esforços das elites locais para promover empreendimentos, com vistas ao desenvolvimento da cidade, que se colocava em disputa permanente com o vizinho município de Ilhéus, em busca do reconhecimento e do prestígio regional e estadual.

Na década de 1930 Itabuna já ocupava o segundo lugar na produção mundial de cacau. Essa posição privilegiada decorreu do grande aumento da área plantada da cultura do cacau e da notável circulação de dinheiro proveniente do fluxo de exportação, tornando-a uma das mais promissoras do Estado. Contudo, vale ressaltar que o acúmulo de riquezas ficou restrito a uma pequena parcela da população, originando uma classe economicamente privilegiada, os coronéis do cacau, uma classe média composta, principalmente, de comerciantes e funcionários públicos; no outro pólo, encontravam-se os peões e os trabalhadores rurais, explorados.

No que se refere a natureza política das relações sociais na região, Freitas (1979) aponta a relação direta existente entre poder econômico e político nas relações sociais. Demonstra que a ampliação da posse da terra assegurava aos grandes proprietários a direção política e cultural da região. Em outras palavras, a hegemonia dos coronéis materializava-se nas duas dimensões: a material e a simbólica. Ao analisarmos a questão, à luz do referencial gramsciano, vimos que a primeira dimensão tornava-se visível pela quantidade de fazendas de cacau que os coronéis possuíam (infra-estrutura); e a segunda, pela criação dos “aparelhos privados de hegemonia” (superestrutura). Estes, por sua vez, geravam as estruturas ideológicas com funções organizativas, legitimando a hegemonia dos grupos dominantes.

Segundo Nunes Leal (1995), “o coronelismo é uma forma peculiar de manifestações do poder privado coexistente num regime político que requer base representativa” (apud FALCÓN, 1995, p.35). Nessa perspectiva, vemos que os coronéis organizavam espaços públicos a partir dos seus interesses sobre o conjunto da sociedade. Nessa direção, o desempenho do papel do Estado na região era limitado, os

coronéis detinham o poder de mando e gozavam de toda liberdade administrativa e política, perante o poder central, evidenciando a natureza oligárquica da região.

Falcón (1995), ao estudar, também, o poder dos coronéis do cacau, apresenta uma boa caracterização dos papéis que os coronéis desempenharam na região, na época:

A afirmação do coronelismo no município foi a condição indispensável para a consolidação de uma burguesia regional. Neste particular, ele cumpriu a função socialmente fundamental de elemento de coesão numa região de fronteira, operando como meio pelo qual os interesses das classes dominantes paulatinamente organizaram-se numa comunidade provinciana emergente. Em primeiro lugar, desempenhou o papel de instrumento pelo qual, ou através do qual exerceram as classes dominantes a dominação sobre o conjunto da sociedade, retendo os elementos essenciais para isso e se voltando para o controle do governo municipal, de onde legitimavam sua influência (FALCÓN, 1995, p.93).

De acordo com o quadro descrito acima, constatamos que o poder dos coronéis estava em todos os espaços sociais. Eles controlavam da Intendência Municipal aos demais organismos da sociedade civil. Esse poder concretizava-se no compadrio e na participação dos vários organismos sociais, como: esportivo, educacional, associação comercial, agrícola, religiosa, de saúde, imprensa, cultural (filarmônicas, cinemas, time de futebol etc.). Cabe, portanto, reconhecer que a natureza política da região era de bases oligárquicas, tendo os coronéis do cacau como os pilares da estrutura de poder da região.

OS GRUPOS ESCOLARES E AS FONTES DE PESQUISA

Para desenvolver as nossas reflexões sobre os Grupos Escolares de Itabuna realizamos inicialmente uma pesquisa exploratória sobre as fontes de pesquisas existentes no Município. Para tanto, buscamos fundar os estudos sobre fontes de pesquisa no conceito apresentado por Lombardi (2004) quando afirma que,

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acaba testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (LOMBARDI, 2004, p.155).

Partindo do pressuposto acima iniciamos o processo de localização e identificação das fontes. Essa ação foi essencial para a constituição do objeto de pesquisa. Inicialmente visitamos alguns espaços públicos como Prefeitura Municipal de

Itabuna (PMI), Arquivo Público Municipal de Itabuna (APMI) e Secretária de Educação do Município (SEM) e Instituições Escolares da Cidade. Nesses espaços foi possível identificar fontes primárias, secundárias e iconográficas.

As fontes primárias encontradas são constituídas de documentos manuscritos e impressos. Identificamos relatórios, resultado de atas finais, atas de reuniões, fotografias e outros. No que diz respeito as fontes secundárias recorreremos à documentação bibliográfica: livros, artigos e dissertações sobre a história educacional de outras localidades, para servirem como parâmetro. Nesse momento, já começamos a sentir necessidade de complementar informações. Desse modo, buscaremos subsídios na história oral, nas fontes iconográficas e na estatística.

A entrevista será um recurso utilizado para rematar as informações levantadas na documentação. Vamos elaborar um roteiro (entrevista semi-estruturada) que conduzirá a conversa a qual será gravada com autorização do depoente. Para a escolha dos entrevistados serão estabelecidos alguns critérios: o envolvimento da pessoa na área educacional enquanto estudante e/ou docente; membros de instituições e entidades organizadas; pessoas da comunidade com atividades políticas; memorialistas e jornalistas, enfim pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do processo de construção histórica da sociedade Itabunense.

Precisamos destacar os entres que temos encontrado durante o percurso de identificação de espaços e coleta das informações. Eles são de variadas feições, podemos citar, por exemplo: a falta de disponibilidade das pessoas, a dispersão das fontes; as informações desencontradas; a falta de registros, a descontinuidade das informações e, principalmente, a “contaminação” das informações. A esse respeito Peter Burke, afirmam que “entre os maiores problemas para a pesquisa histórica estão sem dúvida, aqueles das fontes”. (1991, p.25).

Ratificando este pensamento, Souza coloca, nos seus estudos sobre escola primária de São Paulo que:

É preciso salientar os limites do uso de uma documentação dessa natureza. Os relatórios, enquanto exigência legal, expressam uma visão “autorizada”, senão “contaminada”; tendo em vista os motivos pelos quais foram produzidos, as circunstâncias dessa produção e a relação dos atores com os órgãos da administração do ensino (...) (Souza, 1998: 21).

Sabemos que em toda pesquisa ou investigação, independentemente de sua natureza de estudo qualitativa ou quantitativa, da fundamentação teórica e dos procedimentos adotados, existem limitações. No momento, destacamos algumas dificuldades quanto as técnicas de coleta de dados. Podemos destacar: a localização das fontes, a conservação da documentação, a subjetividade das informações, o contexto histórico da época. Nesse sentido, estão sendo adotadas várias técnicas para coleta de dados, como estratégias para estabelecer cruzamentos com os dados obtidos, embora se considere que a dinâmica da realidade é extremamente rápida, o que impossibilita dar conta de todo o contexto e suas configurações.

Finalmente podemos concluir o nosso trabalho, dizendo que o conjunto de ações que foram planejadas encontra-se em processo de execução. Desse modo, já podemos apontar alguns dados importantes sobre o processo de organização da rede de ensino do município de Itabuna. As informações foram localizadas em diferentes documentos, como por exemplo, os periódicos do jornal A Tarde, o Jornal Oficial do Município, os livros de atas das escolas. Também já demos início a leitura dos documentos, realizando fechamentos e classificação de documentos categorizando-os segundo os assuntos tratados. Enfim, podemos dizer que já estamos realizando as primeiras aproximações para o tratamento dos dados, com a certeza de poder fornecer a comunidade acadêmica, aos professores e estudantes da região mais informações sobre o as políticas de desenvolvimento da educação escolar no município de Itabuna através da reconstituição da memória dos Grupos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. *Nacional e Regional na História Educacional Brasileira*: uma análise sob a ótica dos Estados mato-grossenses. In: Educação no Brasil: história e historiografia/ Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001.

ANDRADE, Maria Palma e ROCHA, Lurdes Bertol; GASPARETO, Agenor [et.al]. **De Tabocas a Itabuna.**: um estudo histórico geográfico. Ilhéus, Bahia: Editus, 2005.

ANDRADE, José Dantas de. **Documento Histórico Ilustrado de Itabuna.** Itabuna-BA: Gráfica editora de Itabuna, 1968.

AURAS, Marli. **Fontes e historiografia educacional brasileira**: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da Educação. Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR; 2004.

ASMAR, Selem Rachid e PALMA, Maria. **Geografia da Micro Região Cacaueira**: a terra, o homem, o desenvolvimento. CEPLAC, Ilhéus: Bahia, 1977.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **A Educação em Itabuna: um estudo de organização escolar, 1906-1930**. Ilhéus: 2000. Dissertação Mestrado Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Santa Cruz.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (2009). DISPONÍVEL EM: www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/.../477 - ACESSO EM 30-09-2009.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia.**, trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FALCÓN, Gustavo. Os coronéis do Cacau. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1995.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antonio Ferreiro Guerreiro de. **Bahia Cacaueira**: um estudo de história recente. Salvador, Centro Ed. e Didático da UFBA, 1979

GONÇALVES, Ribeiro O. **Ensaio Histórico de Itabuna**- O Jequitibá da Taboca: 1848-1906. Itabuna: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

KAPLAN & DUCHON, 1988- KAPLAN, Bonnie & DUCHON, Dennis. **Combining qualitative and qualitative methods in information systems research**: a case study. MIS Quarterly, v.12, n.4, p.571-586, Dec. 1988 DISPONÍVEL EM www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf – acesso 30.09.2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. Ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. [introdução de Jacob Gorender]. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA, Filho Carlos. Terras do Cacau. Elos. Rio Grande do Sul: 1960.

SAVIANI, **Breves Considerações sobre fontes para a história da educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; 2004.

SAVIANI, Dermeval. História da idéias pedagógicas no Brasil. 2. ed. rev. Ee ampl. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998